

Entidades consideram tímida queda da Selic

Taxa básica de juros reduziu de 14% para 13,75% ao ano

Da Redação

A redução de 0,25% ponto percentual na taxa básica de juros da economia, a Selic, foi considerada insuficiente pelas representações da indústria e dos trabalhadores, que consideram a decisão como “tímida” e que “não alivia a situação financeira das empresas e famílias”.

A decisão foi anunciada nesta quarta-feira (16) pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), que reduziu de 14% para 13,75% ao ano a Selic.

Após a divulgação do corte, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) disse, em nota, que há um excesso de prudência do Copom diante do comportamento de queda na inflação corrente nos últimos meses.

“Há trajetória consistente de desaceleração, alcançando 4,22% no acumulado em 12 meses até agosto, e melhora das expectativas de mercado,

indicando convergência gradual em direção à meta de 3% ao ano no horizonte relevante para a política monetária”, diz a CNI em nota.

O presidente da confederação, Ricardo Alban, considera importante o BC manter a trajetória de queda nos juros. Com a decisão de hoje, está é a quinta redução consecutiva na Selic.

“É essencial que o Banco Central dê continuidade ao ciclo de redução da Selic. Manter a taxa básica em patamar tão restritivo por período prolongado significa impor à economia um custo maior do que o necessário para assegurar a estabilidade de preços. Há espaço para avançar no ciclo de cortes sem comprometer a convergência da inflação para a meta”, afirmou.

Ainda de acordo com a CNI, mesmo após o corte, a política monetária segue austera. Com a Selic em 13,75% ao ano, o juro real está em torno de 9%, cerca de qua-



A decisão foi anunciada na quarta-feira (16) pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC)

tro pontos percentuais acima da taxa real neutra estimada pelo Banco Central, de 5% ao ano. .

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) disse que a queda é um passo importante, mas insuficiente em face do nível muito elevado dos juros no país.

“A Selic influencia diretamente o custo de empréstimos e financiamentos e, mesmo quando a redução chega ao consumidor com defasagem, abre espaço para uma trajetória de crédito mais barato”, destaca Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo e diretora executiva da CUT.

Para Neiva Ribeiro, a desaceleração dos preços e da

economia cria condições para que o Banco Central avance no corte dos juros.

“O debate precisa ir além dos indicadores do mercado financeiro. Juros menores significam condições mais favoráveis para o crédito, investimentos, geração de empregos e redução do custo financeiro que pesa sobre famílias, empresas e o orçamento público”, afirmou.

Avaliação similar é feita pela central de trabalhadores Força Sindical, que considera o corte de 0,25 ponto percentual muito tímido e um verdadeiro “balde de água fria” para a economia no quarto trimestre (outubro, novembro e dezembro).

“Perdemos uma excelente

oportunidade de promover uma redução drástica da taxa de juros, dar uma injeção de ânimo no setor produtivo e alavancar ainda mais a economia”, disse a central.

Para a Força Sindical, o Banco Central tem praticado uma política que concentra renda nas mãos de banqueiros e especuladores, “mantendo a taxa de juros em patamares proibitivos para o setor produtivo e para a geração de empregos.”

“Essa política de juros altos também diminui a capacidade de consumo das famílias, enfraquece a confiança dos empresários e desestimula os investimentos, comprometendo o crescimento econômico e a distribuição de renda”, conclui a Força

Fazenda amplia cerco a acordos entre bancos e bets

Da Redação

Bancos, fintechs e instituições de pagamento passaram a enfrentar um novo risco tributário com o endurecimento das regras contra as bets ilegais no Brasil. Uma nova portaria do Ministério da Fazenda determina procedimentos para bloquear transações relacionadas a operadores irregulares e reforça a possibilidade de responsabilização das instituições que continuarem movimentando recursos após serem formalmente notificadas.

A medida abre uma discussão que vai além do mercado de apostas: até que ponto uma instituição financeira pode ser responsabilizada pelos tributos devidos por uma empresa que utiliza seus serviços? Para o advogado Bruno Medeiros

Durão, especialista em Direito Tributário e Direito Bancário, a mudança aumenta significativamente a importância dos mecanismos de compliance e monitoramento das instituições financeiras.

“A discussão deixa de ser apenas sobre permitir ou não uma determinada transação. A partir de uma comunicação formal do poder público, a instituição financeira passa a ter uma obrigação concreta de interromper aquele fluxo. Se descumprir essa determinação, pode surgir uma discussão sobre responsabilidade tributária solidária pelos valores que deveriam ter sido recolhidos pelo operador irregular”, explica.

A Portaria SPA/MF nº 2.750/2026, publicada em setembro, prevê medidas de prevenção, identificação e re-



PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE

Nova regra coloca bancos e fintechs no centro da fiscalização

pressão às transações relacionadas à exploração irregular de apostas, além de mecanismos para bloqueio de contas e interrupção do fluxo financeiro.

Na avaliação de Bruno, o

principal desafio para os bancos será estabelecer procedimentos capazes de identificar não apenas as contas diretamente vinculadas às bets ilegais, mas também eventuais intermediários utilizados

para movimentar os recursos.

“O ponto mais sensível será demonstrar que a instituição possui mecanismos adequados de identificação, monitoramento e resposta às notificações das autoridades. Não se trata de transformar o banco em fiscal de todas as operações realizadas por seus clientes, mas de exigir uma atuação diligente diante de uma comunicação formal e específica do poder público”.

A regulamentação também prevê procedimentos para identificação de meios de recebimento utilizados por operadores irregulares e para interrupção do fluxo financeiro. A medida se soma a outras iniciativas adotadas em 2026 para bloquear recursos de bets clandestinas e responsabilizar instituições que mantenham essas operações.